

Fractos corpografados: uma experiência de arte abolicionista ou estilhaços de dor também podem refletir um arco-íris

*Corpographed fractis: an abolitionist art
experience or shards of pain can also reflect a
rainbow*

*Fractos corpograficos: una experiencia
artística abolicionista o fragmentos de dolor
también pueden reflejar un arco iris*

Murilo Moraes Gaulês¹
Universidade de São Paulo

Victor Siqueira Serra²
Universidade Estadual Paulista

Resumo

O presente texto parte de experiências práticas no trato com mulheres trans e travestis sobreviventes do sistema prisional, para evocar conceitos anti-coloniais de organização de ações de luta. Tendo a criminologia crítica, o abolicionismo penal, a arte e os estudos culturais como disparadores do debate, evocamos exercícios de imaginário político como estratégia de participação política de corpos dissidentes, sistematicamente excluídas dos espaços de diálogo e construção social. Para isso, são partilhadas metodologias interseccionais de trabalho construídas em diálogo com outros movimentos de luta por mudança social, como o processo de produção em ficções visionárias elaborado pela ativista estadunidense Walidah Imarisha, o conceito de cidadania da pesquisadora mexicana Sayak Valência e as experiências do coletivo de terrorismo poético CiA dXs TeRrOrIsTaS.

Palavras-chave

Abolicionismo – Artivismo – Travesti – Movimentos Sociais.

Abstract

This text starts from practical experiences in dealing with trans women and transvestites who have survived the prison system to evoke anti-colonial concepts of organizing struggle actions. With critical criminology, penal abolitionism, art and cultural studies as triggers for the debate, we evoke exercises in political imagination as a

strategy for political participation by dissident bodies, systemically excluded from the spaces of dialogue and social construction. For this, intersectional work methodologies built in dialogue with other movements of struggle for social change are shared, such as the production process in visionary fictions elaborated by the American activist Walidah Imarisha, the concept of care of the Mexican researcher Sayak Valencia and the experiences of the collective of poetic terrorism CiA dXs TeRrOrIsTaS.

Keywords

Abolitionism – Artivism – Transvestite – Social Movements.

Resumen

Este texto parte de experiencias prácticas en el trato con mujeres trans y travestis que han sobrevivido al sistema penitenciario para evocar conceptos anticoloniales de organización de acciones de lucha. Con la criminología crítica, el abolicionismo penal, el arte y los estudios culturales como detonantes del debate, evocamos ejercicios de imaginación política como estrategia de participación política de cuerpos disidentes, excluidos sistémicamente de los espacios de diálogo y construcción social. Para ello, se comparten metodologías de trabajo interseccional construidas en diálogo con otros movimientos de lucha por el cambio social, como el proceso de producción en ficciones visionarias elaboradas por la activista estadounidense Walidah Imarisha, el concepto de cuidado de la investigadora mexicana Sayak Valencia y las experiencias de el colectivo de terrorismo poético CiA dXs TeRrOrIsTaS.

Palabras clave

Abolicionismo – Artivismo – Travesti – Movimientos Sociales.

Sumário

Introdução; Visão Panorâmica nº 1; Visão Panorâmica nº 2; Quando estilhaços de dor também podem refletir um arco íris; Conclusão

Introdução

Este texto é escrito a quatro mãos, mas parte de experiências práticas de uma equipe multidisciplinar maior, no trato com mais de vinte mulheres trans e travestis sobreviventes do sistema prisional. Foram muitas mãos, pés, cabeças e corações construindo o projeto TRANSgressoras ou Como Recuperar o Fôlego Gritando. Um projeto artístico-ativista, financiado por uma política pública cultural, cujos produtos finais (um livro, um programa de podcast e um documentário) são muito importantes e potentes. Mas não é sobre a arte, por si só, que vamos falar. Porque durante os muitos meses de processo de formação e produção, aprendemos sobre as vidas dessas mulheres, sobre as diferentes formas de violência que solapam seus cotidianos e as empurram para a marginalidade, sobre o funcionamento do sistema penal que as mantém nas margens, sob controle, na prisão e no mundo.

Quando falávamos do sistema de justiça criminal, dos protocolos das polícias, das regras do processo penal e de como a criminologia crítica e o abolicionismo penal vêm desmascarando as imoralidades e ilegalidades que o sistema comete todos os dias, elas contavam histórias de si e de suas conhecidas. Histórias recheadas de desigualdade e sangue, que atravessam gerações de travestis expulsas de suas casas, das escolas, dos serviços de saúde e do mercado de trabalho. Muitas mortes. Histórias de trabalho sexual compulsório, muito procurado mas sempre secreto, precarizado, afastado. Territórios em que homens podem viver seus desejos sem medo de serem vistos. Territórios menos visíveis (ou menos olhados) que vão se constituindo como perigosos, entrelaçando diversas atividades marginalizadas - algumas previstas em lei como crimes, outras não. Esses territórios e atividades consideradas perigosas passam a ser constantemente vigiadas e seletivamente criminalizadas pelo sistema de justiça criminal. Nesses espaços se cruzam as redes de tráfico, as polícias, a cafetinagem, os clientes. E nesses cruzamentos se dão todos os tipos de conflito, muitas vezes violentos, e as pessoas que ali habitam passam a ser vistas como perigosas. Quando é o sistema de justiça criminal que intervém, o conflito se transforma em um processo penal e esse perigo faz com que as travestis que sobrevivem ali sejam alvos preferenciais da criminalização (SERRA, 2019).

Mas apesar da violência e opressão, elas estavam ali, vivas, desejando um futuro diferente. Participando daqueles encontros semanais, de formações em arte, ativismo e c(u)i(r)dadania, relatando os caminhos que as levaram até ali para poder sonhar outros caminhos. E é essa a experiência que vamos relatar aqui: a trajetória dessas mulheres como denúncia, e o processo de recontar suas histórias como transformação. O que de mais importante aprendemos com o projeto foi a potência do cuidado como ferramenta política. A força que existe em reconhecer pessoas vulneráveis como sujeitos, construir um ambiente em que se sintam seguras para dividir dores e sonhos, e a partir dessa confiança imaginar novos mundos e as lutas políticas de transformação.

Este texto é escrito a quatro mãos, dadas com muitas outras mãos, na tentativa de mostrar que na luta para transformar esse nosso mundo, para acabar com as violências classistas, racistas, machistas, LGBTfóbicas, para podermos nos proteger contra o poder punitivo e criar um mundo em que essas violências e desigualdades não existam, precisamos dos saberes do direito, da sociologia, da arte, dos estudos culturais,

da criminologia crítica e do abolicionismo penal, mas também dos saberes vividos das ruas, das periferias, dos manicômios, das prisões. Precisamos transcender as divisões coloniais do saber e da vida. Pensar juntas e viver juntas, refletindo umas às outras, sem perder as particularidades. De mãos dadas construindo um mundo onde caibam muitos mundos.

Na primeira sessão, *Visões Panorâmicas*, vamos contextualizar as situações de violência e vulnerabilidade que nos levaram a construir esse projeto, a partir de conceitos como marginalização, vulnerabilidade e criminalização. As histórias das transgressoras, bem como diversas pesquisas da criminologia, se somam para traçar o chão transfóbico onde pisamos hoje.

Na segunda sessão, quando estilhaços de dor também podem refletir um arco íris, vamos relatar algumas das nossas experiências durante o projeto. A partir dos conceitos de ficção visionária, fracto e cuirdadania, vamos discutir como um processo artístico e abolicionista nos ensinou o valor do afeto e do cuidado como possibilidades de articulação política e transformação. A arte e o ativismo como formas complementares de se sonhar outro mundo e lutar para torná-lo realidade. Um mundo em que todos e todas possam ser cuidados e se cuidar.

Visão Panorâmica nº1

Camila foi queimada viva na rua, em plena luz do dia. Em situação de rua, ela dormia em uma calçada quando um rapaz lhe despejou um líquido de uma garrafa sobre o corpo e acendeu um isqueiro. Em chamas, ela correu desesperada tentando rolar o corpo pelo asfalto para tentar sobreviver. Essa cena foi filmada por alguém com um celular, mas nenhum transeunte da rua se moveu para tentar ajudá-la. Camila teve mais de 40% do corpo coberto por queimaduras de terceiro grau e um trauma que faz com que ela tenha medo de acender um fogareiro para aquecer sua comida na rua.

Aconteceu um pouco antes da uma da manhã. Quando encontrou Chiara caída no chão, o segurança da rua correu para chamar a polícia. O batalhão fica do outro lado da calçada. A suspeita inicial era que a vítima havia se jogado da varanda do prédio. O barulho foi grande, como relata o gerente do hotel que fica ao lado. “Parecia uma marquise caindo”, disse o porteiro do prédio. Ao se aproximarem da vítima, os policiais perceberam que ela apresentava sinais de ter sido esfaqueada. E foram até o prédio onde tudo aconteceu. No local, receberam a informação de que havia fumaça saindo do

apartamento do sétimo andar. Foi lá que encontraram o assassino. Matou Chiara por ser travesti.

Caminhando pelas calçadas do Jaçanã, Aline é interpelada inesperadamente por um motoqueiro. Dentre as muitas ofensas, ele vocifera: “Você dá o cú!”. Ela segue adiante, tentando continuar seu trajeto, evitando um conflito maior com o estranho. Ele parte e reaparece duas quadras adiante, acompanhado de mais um motoqueiro. Dessa vez, munido de um bloco de concreto, ele dispara contra Aline, que é atingida no braço. Ela abaixa a cabeça e segue em silêncio. As pessoas na rua ignoram o fato ocorrido.

Embora essas histórias pareçam recortes cinematográficos de mau gosto, como retirados de alguns filmes e séries da Amazon Prime (a exemplo de *The Purge*, *The Boys* ou *Them*), essas cenas são reais e recorrentes. Talvez você deva estar se perguntando o que essas narrativas possuem em comum. A resposta é: todas as protagonistas são travestis. E todas passaram pela trajetória do projeto *TRANSgressoras* ou *Como Recuperar o Fôlego Gritando*, realizado pela *CiA dXs TeRrOrIsTaS*, coletivo independente de arte e ativismo da cidade de São Paulo que os autores desse texto integram.

Fundada em 2016, a *CiA dXs TeRrOrIsTaS* surgiu para dar conta de uma demanda político-cultural de um grupo de pessoas LGBTQ+ residentes e atuantes na região do Jaçanã, periferia norte da cidade de São Paulo. A intenção era ocupar espaços públicos de forma segura e a promover de espaços de fala/participação política de corpos dissidentes e sistemicamente segregadas. Essas pessoas se reúnem e formam um coletivo na busca por aliar o poder de agremiação e de organização de narrativas das artes aos modos de promoção de bem viver comum, autonomia e dignidade. Dessa forma atuam em espaços não convencionais ao cotidiano do fazer artístico, como albergues, centros de reabilitação para pessoas adictas e prisões, estruturando repertórios em encontros formativos-criativos para que pessoas silenciadas pela hegemonia de poder possam falar sobre si, por si e com seus pares.

O referido projeto, contemplado pela 4ª edição da Lei de Fomento à Cultura das Periferias, da Secretaria Municipal de Cultura da Cidade de São Paulo – importante política pública que contribui para a sustentação da produção e fruição cultural periférica da cidade – tinha como mote principal:

[...] encontrar, pela interseção de vários saberes distintos e em rede possibilidade de produção de autonomia, reconhecimento coletivo e denúncia para mulheres trans e travestis egressas do sistema prisional. Entendendo a cultura como caminho para compreender e a arte para reinventar realidades, o projeto utiliza de recursos do fazer em arte como arsenal bélico de resistência à violência institucionalizada contra mulheres trans. Dividido em três etapas: formação, produção e difusão/compartilhamento, o trabalho percorre um caminho de diversas ações e com muitas mãos para buscar possibilidades potentes e reais ao problema tratado. (CIA DXS TERRORISTAS, 2019).

Para possibilitar essa busca por saberes articulados em rede, por novas formas de organização política baseadas no afeto, o projeto disponibilizou (por meio do auxílio da verba municipal que permitiu sua execução) bolsas em dinheiro para garantir a presença dessas mulheres sobreviventes do cárcere em um projeto de formação continuada e promoção de autocuidado, espaços esses tidos como luxo por boa parte dessas – condições materiais, concretas, para que essas pessoas marginalizadas possam se dedicar à produção coletiva de c(u)i(r)dadania.

No entanto, um auxílio financeiro ainda não é o suficiente para dar conta de tantas camadas de mazelas infligidas ao longo da história sobre uma população ainda tão vulnerável.

O Brasil é, pelo 12º ano consecutivo, o país que mais mata pessoas trans em todo o planeta (ANTRA, 2020; TGEU, 2020), ao mesmo tempo em que é o país que mais consome pornografia desta mesma população (BENEVIDES, 2020). E, para quem ainda vier com aquele discurso pseudo-otimista negacionista, querendo dizer algo como: “Ah! Mas agora vivemos em outros tempos, vivemos outra realidade e você está de mimimi”, já avisamos para tirar o seu jumento empacado da chuva. Segundo relatório da Associação Nacional de Travestis e Transexuais, o número de pessoas trans assassinadas no Brasil aumentou em 41% no ano de 2020 (ANTRA, 2020). Ainda segundo relatório do mesmo órgão, aproximadamente 90% das mulheres trans brasileiras sobrevivem do trabalho sexual e, conseqüentemente, estão muito mais expostas aos riscos impostos pela realidade pandêmica que acomete o planeta desde o início da segunda década deste milênio. Morrer de fome ou morrer de praga? Essa é a pergunta que muitas dessas mulheres socialmente marginalizadas têm que responder para si mesmas todos os dias.

E se a criminologia crítica compreende que a marginalidade deixa certos grupos de pessoas mais expostas à violência e à criminalização, marcadas e estigmatizadas, essa pergunta também deveria permear as discussões criminológicas. Se certas vidas precisam escolher entre morrer de praga, de fome ou de violência, a criminologia crítica precisa ouvir diretamente essas pessoas, não como objetos de pesquisa, nem como informantes, mas como sobreviventes, produtoras de saberes ancestrais de como seguir vivas apesar de todo o sistema punitivo estar mirando nelas. Ouvi-las como as pessoas potentes e sábias que são – que não apenas nos ensinam como funciona o sistema penal subterrâneo, como se constroem os processos de marginalização e criminalização a que estão submetidas, e como esse sistema se legitima (ZAFFARONI, 2010), mas principalmente como sobrevivem a toda essa estrutura. A criminologia como movimento, conhecimento e transformação.

Visão Panorâmica nº2

Em março de 2020, uma entrevista realizada pelo médico oncologista Dráuzio Varella, no programa Fantástico, da Rede Globo de televisão, entrevistou um grupo de mulheres trans e travestis encarceradas pelo sistema prisional brasileiro. Cheia de equívocos, a reportagem levanta o debate sobre prisões humanizadas, apoiado nas afirmações feitas por muitas das entrevistadas que dizem se sentir muito mais livres na prisão do que no mundão. A estrutura do referido documento televisivo segue um molde similar ao mesmo melodrama que pauta a estrutura da quase totalidade das novelas tupiniquins (cuja maioria é exibida pela mesma rede de televisão). Nem a cena do casamento com final feliz e cerimônia cristã religiosa faltou na dramaturgia. A narrativa fantasiosa, iniciada com o mito da conquista do emprego, a redenção depois da liberdade e a cenografia de uma cela adornada de iconografias afetivas (fotos de familiares, amigos e celebridades) peca ao negligenciar informações importantes sobre a rotina que essas corpos vivenciam dentro desses espaços de tortura.

E não estamos aqui tentando difamar a imagem e o trabalho desse respeitado médico. Achamos importante salientar que sua atuação dentro do sistema carcerário já salvou muitas vidas descartadas pelo Estado e que ele é uma figura importantíssima em termos de ação direta pela manutenção da vida de quem está preso. Mas isso também não pode nos impedir de pensar criticamente sobre uma afirmativa que se constrói pautada em um pensamento datado, que não põe em perspectiva os incansáveis

movimentos de luta dos coletivos LGBTQ+ que tentam, na contramão do mundo, reescrever histórias que foram apagadas pelos modos de silenciamento que constituíram nosso Brasil colonial.

Ele esquece de dizer que essas mulheres – em suma abandonadas pela família e amigos antes, durante e depois do cárcere – precisam se prostituir para poder ter acesso a elementos básicos de sobrevivência, como pasta de dente e alimentos, além do cigarro, moeda de troca que sustenta as relações de consumo e sobrevivência nas prisões. Ele esquece de dizer que elas têm que esconder drogas dentro de seus corpos durante as blitz da polícia, para manter os irmãos contentes e continuarem vivas. Recebem pagamento e reconhecimento por isso, mas são elas que assumem a propriedade de qualquer coisa que seja encontrada durante as blitz – o que geralmente significa mais alguns anos de pena, além do castigo. E se os produtos saem “sujos” de onde entraram, elas são punidas.

Ele esquece de dizer que travestis têm que olhar para o chão, porque a população carcerária, doutrinação pelos dogmas cisheteronormativos patriarcais, sente sua masculinidade ameaçada quando é encarado por uma travesti ou um homossexual nos olhos. E isso sim é imperdoável!

O maior erro dessa reportagem é justamente a sua intenção. Isso porque, ao final da conversa com o Dr. Varella, saímos com a sensação de como é importante batalharmos pela construção de cadeias humanizadas, que respeitem a identidade de gênero dessa população, quando na verdade poderíamos nos perguntar coisas como:

- Que sociedade é essa que construímos onde mulheres trans e travestis são tão comumente oprimidas que algumas conseguem se sentir mais livres quando estão privadas de sua liberdade?
- Por que a escolha do Estado para lidar com as respostas desesperadamente “violentas” que corpos historicamente massacrados produzem para sobreviver é o encarceramento em vez de uma reparação justa e condigna para com a dívida que a cultura cisheterocolonial não paga há mais de 500 anos?
- Será que somos ingênuos o suficiente para acreditar que a prisão reeduca? Você, leitor(a), acredita mesmo que alguém sai da prisão uma pessoa melhor? Se sim, responda. Você contrataria para trabalhar, em

sua casa ou no seu negócio, alguém que já foi preso? Você abrigaria uma pessoa necessitada na sua casa se lesse, em um pedaço de papel qualquer, que ela cometeu um crime, mesmo que tenha “pago” por isso?

- Nossa sociedade é pautada na reparação, na responsabilização, na reeducação ou na vingança?

A realidade continua a mesma: ninguém quer falar sobre prisão e enquanto o silêncio opera, o chicote estrala forte na carne desumanizada debaixo do uniforme desbotado. Precisamos debater as prisões. E não só com um discurso pacifista mediado, mas um papo reto com suor, sangue e saliva de quem já habitou e sobreviveu aos muros e desesperos do cárcere. Pessoas historicamente sufocadas que precisam recuperar o fôlego, gritando. Para serem ouvidas e compreendidas por uma sociedade violentamente paradoxal. Para entoar seu feitiço rumo a todos os pontos cardeais, para dar um fim a esse mundo que não é plano – mas é visto assim – e que é tão injusto e desigual, mas não é visto assim. Evocando a presença daquelas que vieram antes, emergindo as forças daquelas que estão aqui agora. Pois a força ancestral que passeia por essas corpas é infinita, incansável, insuperável e inapagável. E é evidente que existem muitos caminhos possíveis para isso. Mas todos eles necessitam ser protagonizados por essas mesmas corpas gritantes. Um protagonismo sem vítimas ao final, que fortaleça essas TRANSgressoras do sistema, que cria(ra)m tecnologias ancestrais de sobrevivência com as quais continuam existindo apesar dos golpes, das grades e das humilhações.

Quando trazemos para a discussão uma matéria jornalística de um dos maiores veículos de mídia hegemônica do país, estamos também pautando a forma como o sistema de poder tem pautado a produção de imaginários, assim como as consequências que advém do enraizamento cultural de tais produções no consciente coletivo de uma nação. Há muito tempo a criminologia crítica vem discutindo as diferentes formas como a mídia hegemônica influencia o sistema de justiça e as políticas criminais – forçando condenações sem provas suficientes, desequilibrando as forças das partes dentro do processo jurídico, legitimando práticas ilegais das instituições estatais, reforçando as narrativas que criminalizam as periferias e as pessoas periféricas (BUDÓ, 2018). Essas distorções que a mídia pode criar dentro do sistema de justiça criminal, que algumas correntes da criminologia chamam de sujeição criminal, são especialmente fortes

quando se trata de mulheres trans e travestis (KLEIN, 2016). Uma breve pesquisa nos mecanismos online pode ser bastante sugestiva: quando se digita “travesti”, aparecem em sua grande maioria sites de pornografia ou outros trabalhos sexuais, reportagens e notícias sobre assassinatos de pessoas trans ou travestis envolvidas em conflitos policiais.

Essa construção política de que travestis são pessoas violentas, perigosas, barraqueiras não se restringe à mídia hegemônica. Pelo contrário, é uma construção social histórica, que tem os discursos da mídia como um de seus muitos elementos. E tem consequências bastante profundas no funcionamento do sistema de justiça criminal. Na introdução do texto, falamos sobre a marginalização das travestis, que são expulsas de suas casas, das escolas, dos serviços de saúde e do mercado de trabalho. De como são forçadas a sobreviver dos trabalhos mais precarizados e deslegitimados disponíveis. E que nos territórios em que essas atividades se desempenham, geralmente há maior policiamento e disputas entre a polícia e o chamado crime organizado Territórios, portanto, bastante violentos e criminalizados.

Em pesquisa realizada com 100 decisões criminais do Tribunal de Justiça de São Paulo, encontradas a partir de uma busca com a palavra chave “travesti”, foi possível compreender algumas situações desses territórios criminalizados em que o sistema de justiça criminal decidiu intervir; de que forma essas intervenções costumam acontecer e como tudo isso é representado na “ponta final” do processo penal, atento às formas como estereótipos e expectativas sociais influenciam as decisões jurídicas:

A transfobia empurra grande parte das travestis para lugares precários no sistema produtivo – o desemprego, o trabalho sexual sem regulamentação (a pista), o tráfico de drogas (em funções desvalorizadas e vulneráveis) – atravessados por violência, exploração e morte. Quando capturadas pelo sistema de justiça criminal, da polícia ao Judiciário, são deslegitimadas e criminalizadas exatamente por ocuparem esses espaços.

O Tribunal de Justiça de São Paulo reproduz a imagem de travestis com pessoas desviantes e criminosas, afeitas ao crime. Seus nomes sociais não são respeitados. Sua humanidade só é reconhecida quando morrem – para punir com prisão os poucos agressores que são identificados. O processo de criminalização de travestis, resultado de uma seletiva política criminal de combate, faz parecer que da janela do gabinete não se vê a rua (SERRA, 2019, p. 120).

Muito por isso que a CiA dXs TeRrOrIsTaS tem compreendido em suas práticas a contribuição do fazer em arte e da reflexão cultural para encontrar alternativas outras

que possibilitem rasgos nessa dura realidade, viabilizando concretamente espaços de bem viver comum, dignidade e autonomia para essa população, a partir da (re)invenção de imaginários que substituam essas distorções coloniais da ideação coletiva que temos hoje.

Há um pacto em curso: “Não podemos ser pegos”. O sistema não pode tornar a capturar corpos dissidentes a partir de uma subjetividade supremacista branca, cisheterossexual, colonial e classista. “A gente combinamos de não morrer” (EVARISTO, 2015, p. 25), e é sob essa promessa que fazemos às nossas ancestrais que costumamos nossas ações, em movimentos coletivos, hermanadas. Co-habitando as contradições de nossas diferenças para construir espaços de potência de vida, rumo a, como prega um ditado popular zapatista, “um mundo onde caibam muitos outros mundos”.

Quando estilhaços de dor também podem refletir um arco-íris

Diante do atual contexto político nacional, no qual a procura por uma social democracia representativa que consolida Estados-nação neoliberais deixa de se apontar como um caminho para a conquista de transformações sociais, e no qual há um fortalecimento de discursos e políticas fascistas, se faz urgente o encontro de novos modos de organização coletiva.

As repetições parodísticas da conjuntura política atual perpetuam o extermínio de vidas dissidentes e impedem outras formas de existir e criar no mundo. A iminência da fome, primeira mobilizadora de todos os instintos, reorganiza os corpos dos “de baixo” para sobreviver ao massacre e percorrer os campos minados de guerra para se alimentar. No entanto, as repetidas reações de luta, sem um condicionamento para readequar o corpo no real para atuações antissistêmicas, pautadas no entendimento estrutural que configura o design do necropoder, apenas nos encaminham mais rapidamente a fraturar ossos e esmagar nossas carnes nas ratoeiras neoliberais. Somos envenenados pelas toxicidades do mercado e digladiamos por suas migalhas, impossibilitados, assim, de uma verdadeira organização coletiva insurgente e perigosa.

A procura por novas estéticas insurgentes, cujos processos possibilitem contra treinamentos frente às coreografias neofascistas ostensivamente repetidas que criaram as complexas e multifacetadas camadas culturais de nosso contexto pós-apocalíptico,

é o mote desta disputa contra as violências históricas que fraturaram territórios autônomos em Estados-nacionais.

O trato com a população de travestis sobreviventes do sistema prisional e a relação afetiva provenientes de três anos de projetos, exigiu que a CiA dXs TeRrOrIsTaS elaborasse um repertório de práticas e conceitos a fim de organizar uma metodologia anticolonial de trabalho que fomenta o uso de nossas expertises enquanto agentes mobilizadores com trajetórias distintas atravessadas (também) pelo fazer em arte.

Importante frisar de que tipo de arte ou qual o recorte que estamos nos referindo nesse contexto. Vale lembrar que no percurso da história das artes, ou melhor dizendo, da história colonial das artes, houve movimentos que fomentaram uma cisão quase que insuperável entre os trabalhadores da arte e da cultura e os demais setores da sociedade.

Na área da sociologia das artes, autores como Nathalie Heinich (2005) e Pierre Bourdieu (1996) mostram como a representação do artista como algo muito especial e como alguém que está "acima" dos meros mortais do resto da sociedade foi consolidada no período romântico, sendo essencial para os processos de autonomização das esferas artísticas. Esse movimento foi um discurso complementar à ideia de que a arte não pode ser regida por outras esferas da sociedade e nem pelo "mercado" e que precisa ter autonomia para definir seus próprios parâmetros. Se, por um lado, esses discursos foram fundamentais para termos os mundos das artes da forma como são organizados hoje, por outro, criaram uma cisão quase insuperável entre a figura do artista e do "cidadão comum". Arriscamos dizer, inclusive, que isso está na origem desse ranço contemporâneo que a sociedade, de forma geral, tem com as classes artísticas, por partirem de uma perspectiva de que é uma produção autocentrada e elitizada (críticas, aliás, que fazem todo sentido e precisam ser consideradas em nossas produções se esperamos dialogar com públicos que não sejam apenas outros artistas).

Dessa forma, estamos olhando para os modos de produção em arte a partir de uma compreensão histórica expandida mirando para práticas de criação e metodologias da manufatura artística que foram apagadas pela narrativa colonial.

Para fazer essa distinção enquanto modo de produção, a CiA dXs TeRrOrIsTaS tem preferido abrir mão do termo (arte, artistas) e utilizar o conceito agregador de terrorismo poético para definir aquilo que produzimos. O termo vem inspirado pelos

manuscritos do filósofo anarquista Hakim Bey (2003), cujo texto manifesto evoca movimentos-sensações que se assemelham a muito do que o grupo tem perseguido construir com o trabalho artístico-ativista ao longo da sua trajetória. Nomear nosso trabalho como terrorismo poético não tem a ver com desviar ou negar as artes como motor primário que contribui para organizar e disparar nossas ações. Mas guarda relação com a necessidade de criar outras epistemologias que diferenciem as especificidades de nosso trabalho dos demais modos de produção. Trata-se de um posicionamento político no trato com a arte. Afinal, quando nos deparamos com grupos com modos de fazer eurocentrados, cisheteronormativos e embranquecidos, percebemos um abismo de diferenças naquilo que realizamos e na forma como concebemos. Isso também não tem a ver com entender-se (enquanto terrorismo poético) como uma arte superior ou uma evolução do fazer artístico hegemônico. Apenas estamos nomeando um fenômeno diferente que nasce sob o mesmo guarda-chuva, respeitando as noções de pluridiversidades que são fundantes para a criação desse conceito. A escolha do termo também vai de encontro à forma como os movimentos de luta por mudança social são sistematicamente desqualificados pela cooptação narrativa de poder. Reflitamos: se o Estado nomeia de terrorismo³ todo ato de rebelar-se contra o necropoder perpetuado sobre povos minorizados, numa tentativa covarde de conseguir aprovação popular para legitimar o braço ditador da violência policial, afirmar-se terroristas é ressignificar essa dramaturgia, ao mesmo tempo em que deflagramos uma narrativa fraturada que fundamenta a compreensão que temos de nós e dos nossos enquanto povo e enquanto movimento.

A partir desses pressupostos, podemos levantar a seguinte pergunta: qual seria o papel das artes e dos agentes culturais diante de um contexto bélico, à revelia do apartheid brasileiro que segrega e extermina populações inteiras, sob um falso discurso de uma brasilidade cordial e receptiva? E qual seria o papel da criminologia? A fim de encontrar pistas que elucidem tal questão, vamos mirar em algumas bases teóricas que fundamentam as produções artísticas contemporâneas, a partir de duas recorrências naturalizadas.

A primeira seria o embasamento em narrativas científicas fundamentalmente ocidentais, que separam completamente as noções de razão e espiritualidade, delineando e organizando as bases discursivas e modos de operar que apenas

reproduzem as escolhas colonialistas e conservadoras, ausentes de um conteúdo político.

A segunda aponta para uma cooptação neoliberal da luta modernista em desvincular o papel de utilidade da arte. O que outrora soava como uma resistência às garras do mercado sobre as produções artísticas de vanguarda, hoje pode ser uma corroboração com a disputa egóica e individualista alimentada pelos avanços do capitalismo transnacional, pouco ou nada conectando com uma real resistência efetiva social.

Como ratos de laboratório do sistema capitalista, somos treinados ostensivamente para acomodar nossas re(l)ações estéticas, físicas e narrativas para manter a estabilidade de estruturas ficcionais de poder que operam sobre nós há muitos séculos. O que se disputa aqui são noções performáticas das estruturas de poder que desautomatizem o giro das rodas, habilitando outros movimentos para fraturar as gaiolas e enganar as ratoeiras colonialistas dos Estados-nacionais.

Ao mesmo tempo, a CiA dXs TeRrOrIsTaS não está interessada em criar uma hierarquia conceitual que coloque a arte a serviço de um processo libertário-progressista para corpos dissidentes marginalizadas. Isso seria diminuir o potencial inerente que as artes, enquanto campo de saber expandido, possuem por si, para realizar recortes ocidentais que transformam práticas de construção de mundo inteiros em meros instrumentos.

Como dizia Walter Benjamin: “A arte é educadora enquanto arte e não enquanto arte educadora” (BENJAMIN, 1993, p.18).

Para dar conta de tais complexidades, erigimos aqui alguns conceitos que o grupo tem usado para organizar nossas práticas de luta, provenientes de trocas com outros artistas-ativistas que encontramos em nossa trajetória de trabalho e com os quais mantemos nossos escambos de afetos e câmbios de saberes rumo a uma perspectiva concreta de um mundo sem prisões.

Em 2016, ano de fundação da CiA dXs TeRrOrIsTaS, entramos em contato com o trabalho da poeta, educadora e abolicionista penal estadunidense Walidah Imarisha.

Em poucas palavras, Imarisha consegue justificar o potencial do fazer artístico na elaboração da luta abolicionista:

Quando digo às pessoas que sou uma abolicionista prisional e que acredito em pôr fim a todas as prisões, elas frequentemente me olham como se eu estivesse montada em um unicórnio deslizando sobre um arco-íris. Até mesmo pessoas engajadas em movimentos sociais, pessoas que reconhecem o sistema prisional atual como falho, ao fazerem suas críticas parecem sempre ponderar: 'Mas é isso que temos'. Apesar de nossa habilidade para analisar e criticar, a esquerda se enraizou naquilo que é. Nós frequentemente esquecemos de vislumbrar aquilo que pode vir a ser. Esquecemos de escavar o passado em busca de soluções que nos mostrem como podemos existir de outras formas no futuro. Por isso acredito que nossos movimentos por justiça precisam desesperadamente de ficção científica. (IMARISHA, 2016, p. 3).

A fim de dar conta dessa abordagem no trato com a ficção científica e os movimentos sociais que lutam por mudança social, Imarisha cunha o termo **ficção visionária**. Eixo central na construção das práticas da CiA dXs TeRrOrIsTaS, trata-se de uma perspectiva de compreensão e manejo de narrativa que nos ajuda a compreender as dinâmicas de poder e que inventa formas de imaginar cenários futuros mais justos. Tal como o afrofuturismo, é um movimento artístico amplo que atravessa os modos de produção de múltiplas linguagens, perpassando pela ficção científica, horror, realismo mágico, fantasia etc. O objetivo de Imarisha com esse conceito é buscar uma diferenciação da ficção mainstream (que tem o costume de replicar as desigualdades existentes no presente em um futuro próximo ou distante), para evocar produções que visem as possibilidades de criar um mundo melhor a partir da literatura de ficção especulativa, mostrando mundos possíveis.

Vivemos tempos de caos. Tempos de morte. De medo. De Aflição. Testemunhas do fim do mundo, habitamos constantes desarranjos que desviam completamente nossas perspectivas. Quem achou que o apocalipse seria a dominação de hordas de zumbis, se frustrou ao descobrir que tudo não iria passar de uma gripe muito forte. A gente pode morrer com um espirro.

2020 começou com um isolamento da população mundial, trancada em pânico em suas casas com seus estoques de comida e álcool em gel, pelo menos aquelas famílias com condições pra isso, já que muitos foram jogados à sorte ou tiveram que ignorar o isolamento para poder comer. A sensação de histeria é constante. A ficção e a realidade se borraram em uma dimensão tão surreal que já não somos mais capazes de discernir o que é sensacionalismo e o que é uma questão de saúde pública.

Sabe essa agonia que dá no corpo, que te faz perder a completa noção do que é ou não real? Sente esse horror de parecer sempre estar como figurante em algum filme de terror violento e caótico esquecido em algum link da Netflix? Quando sua vida parece que não é de verdade, que tudo é um roteiro de ficção científica onde os roteiristas parecem se divertir a todo o momento colocando plot twists que soterram completamente qualquer esperança que você vislumbre para que sua história possa acabar bem? Fascismo escancarado, fake news, pragas virais que atravessam continentes.

Viver na prisão é assim. Sempre foi assim, todos os dias. Só quem passou pela cadeia sabe como é esse horror internalizado e cotidiano comendo sua mente e sua alma todo o dia. A diferença é que não tem matéria bonita na televisão, nem instruções institucionais para redução de danos ou protocolos de autocuidado. A única resposta para os seus gritos são o eco e o abandono.

Acreditamos que este é o momento perfeito para analisar a importância e as técnicas para se conceber, construir e organizar futuros melhores.

Veja bem, a ficção visionária não é uma utopia, pois ela não imagina sociedades perfeitas e totalmente igualitárias. Utopias plenas são ingênuas e não levam em consideração a inexistência de uma humanidade perfeita, o fato de que somos falíveis e sucumbimos a desejos/movimentos que nos levam a causar dor/dano a outrem. O princípio da ficção visionária é mitigar os problemas dos sistemas, transgredindo a narrativa para uma possibilidade de mudança possível. A exemplo disso, a própria Walidah cita um trecho do discurso de Ursula K. Le Guin em que diz:

Livros, vocês sabem, não são apenas mercadorias. A motivação pelo lucro está frequentemente em conflito com os objetivos da arte. Vivemos no capitalismo. O seu poder parece ser inevitável. Assim era o poder divino dos reis. Os seres humanos podem resistir a qualquer poder humano e mudá-lo. A resistência e a mudança muitas vezes começam na arte, e muitas vezes mais na nossa arte – a arte das palavras. (LE GUIN, 2014).

E complementa: "É precisamente por isso que precisamos da ficção científica" (IMARISHA, 2016, p.4). Nós, dos movimentos culturais de periferia, dos movimentos contra a violência estatal, dos movimentos que lutam por mudança social e uma cidadania plena para todos e todas, precisamos da ficção visionária.

O conceito de Imarisha permite vislumbrar um novo campo possível dentro da área de estudos culturais e da criminologia que permite, dentre muitas outras coisas, uma participação política efetiva por parte de corpos dissidentes, socialmente minorizadas e excluídas de espaços de debate. No trato com mulheres trans e travestis sobreviventes do cárcere, essa metodologia tem nos ajudado a organizar uma pergunta que muitas vezes, no movimento repetitivo de sempre estar reagindo aos movimentos de morte que nos assolam, passa-nos despercebida: “Como é o mundo que queremos?”.

Responder a essa questão por meio dessa metodologia exige uma compreensão de nossos limites e falhas enquanto humanidade, levando-nos a uma reformulação da questão para: “Como é o mundo que queremos e que seja realmente possível?”

Essa perspectiva nos convoca a olhar com uma dureza amável para os paradoxos que habitam nossa militância e nossa vida, permitindo-nos um olhar crítico sobre os fenômenos sociais da contemporaneidade e nossas (re)ações enquanto movimento de luta por mudança social, sem que isso esbarre em egos inflados ou situações de auto-sabotagem. Afinal, estamos fazendo exercícios de imaginação política que nos levem a pensar futuros possíveis, sem ter que lidar com o incansável e desgastante trabalho de corresponder a este mundo que nos está dado.

Ao colocar mulheres trans e travestis que tiveram seus direitos e autoestima constantemente violados para sonhar o futuro estamos conectando-as ao passado e às suas ancestralidades em um exercício de retomada da voz em primeira pessoa. Muitas vezes, no desenvolvimento do projeto, nos deparamos com situações em que essas mulheres traziam à tona a memória daquelas que tiveram suas vidas ceifadas por um aparato policial racista, transfóbico e excludente legitimado por uma sociedade estruturalmente genocida, amante do punitivismo, para poder falar de si e, a partir desse movimento, iniciar seus primeiros esboços do que desejam para o futuro.

Somos o sonho de nossas ancestrais. Vivemos muito daquilo que elas sonharam e que, à época, lhes diziam que seria impossível. Esse exercício de imaginário é uma prática efetiva de participação política, pois coloca essas corpos em um processo profundo de reflexão sobre o mundo que temos e o mundo que queremos. Que caminhos nos trouxeram até aqui e que outros podemos criar.

Uma possibilidade de debater o sistema punitivista e o sonho da abolição penal no olho do furacão das contradições que operam sobre a realidade de uma humanidade

imperfeita, falível, mas possível de ser construída de outra maneira. Desdobrar ficções visionárias a partir dos relatos pessoais de mulheres trans e travestis que sobreviveram às mazelas do cárcere é um friccionar das esferas da fantasia e do real no intuito de que elas se borrem e se alterem simultaneamente. Seja o campo da ficção que provoca movimentos para reescrever o futuro do nosso presente real seja pela potência e a dor de uma realidade que atravessa a obra de arte e amplia as possibilidades de relação com a narrativa instaurada.

Evidente que não é com qualquer estratégia discursiva que conseguimos alcançar esse objetivo político a partir do fazer em arte. Para isso, nossa metodologia de trabalho utiliza de uma perspectiva fractal.

Fractais são figuras geométricas muito loucas, produzidas por meio de equações matemáticas que podem ser interpretadas como formas e cores por programas de computador. Sua principal característica é a autossimilaridade. Eles contêm, dentro de si, cópias menores deles mesmos. Essas cópias, por sua vez, contêm cópias ainda menores e assim sucessivamente. Os fractais estão ligados a áreas da física e da matemática chamadas Sistemas Dinâmicos e Teoria do Caos, porque suas equações são usadas para descrever fenômenos que, apesar de parecerem aleatórios, obedecem a certas regras – como o fluxo dos rios, as colmeias, o refletir da luz em um prisma. (LIMA, s. a., p. 2).

Em entrevista conduzida pelos autores deste texto, Walidah Imarisha explica como sua co-editora, adrienne maree brown (grafa-se em minúsculo), utiliza a dinâmica dos fractos para descrever um modo de produção viável para a construção de ficções visionárias, de forma coerente tanto do ponto de vista ético, estético e político. Agir de forma fractal significa reconhecer o fenômeno de que mesmo os menores movimentos são capazes de ir se refletindo, nutrindo e crescendo (CIA DXS TERRORISTAS, 2021b). Assim, refletimos essa consciência para a forma como nos tratamos e como tratamos quem se aproxima de nós. A proposta de uma prática fractal parte desse pressuposto de agremiar, relacionar, refletir e propagar as narrativas e modos de agir daqueles com e sobre os quais falamos. É um movimento político criativo que se apoia em fenômenos de criação artística que se geram em relação com as pessoas, para além das caixas que organiza(ram) o mundo da forma cisheteronormativa e supremacista branca ocidental que conhecemos. Dessa forma, qualquer pessoa tem potencial artístico e relevância estético-discursiva no processo de criação, desde que se coloque disponível para refletir os movimentos de todos envolvidos no ato de fazer, sem a necessidade de

hierarquizar as funções pelo renome de escolas ou diplomas dos envolvidos. Essa relação horizontal entre grupos heterogêneos gera novos e diferentes princípios de criação que potencializam cada processo criativo de maneira particular, enriquecendo o repertório de práticas e cuidados disponíveis em nosso arsenal poético-terrorista.

Frisamos: precisamos ser e pensar diferentes para construir coisas diferentes. Não podemos usar as mesmas estratégias que operam o sistema que estamos tentando derrubar.

Ainda sob a perspectiva fractal podemos vislumbrar outra relação possível com o tempo. Tente acompanhar conosco. A narrativa branca segue um rumo linear em direção ao progresso e ao ato de seguir (um percurso supremacista) branco. Essa concepção nos afirma a todo momento que o passado está perdido e que o futuro é incerto, restando-nos apenas o contentar com o presente, com aquilo que temos e o que nos está dado. Na contramão, povos africanos, afrodiáspóricos e indígenas sustentam saberes ancestrais (apesar das tentativas de silenciamento e soterramento) que nos convidam a pensar que a história e o tempo se movem como ondas, de forma circular, espiral ou emaranhada. De forma fractal. Os sonhos, tecnologias e sabedorias de nossos ancestrais estão conosco enquanto construímos essa outra visão de história e de mundo. Sendo assim, o futuro também está conectado e pode ser constantemente reescrito.

Da mesma forma que a luz perpassa os fractos para promover ondas estrategicamente aleatórias de propagação, os movimentos de uma prática fractal buscam comungar relações com aqueles que estão hegemonicamente apartados dos espaços de fala, ao mesmo tempo em que redimensionamos o tempo de nossas criações, para reescrever futuros melhores com pulsão de gente diversa, artistas/abolicionistas ou não.

Apesar do potencial político, presente na metodologia apresentada, nossa prática na lida com o ativismo abolicionista penal, com foco no cuidado com mulheres trans e travestis, nos mostrou que escavar o passado de corpos continuamente vulnerabilizadas também é trazer a tona dores que muitas vezes não estão prontas para lidar.

Evidente que não podemos crer que indivíduos violados em camadas diversas, que têm sua integridade física, emocional, espiritual e psíquica massacradas em um

processo (de)formativo de caráter punitivista colonial, poderiam alcançar a retomada de sua dignidade com uma ação de foco unilateral. Se a doença causada pelo cárcere ataca múltiplas facetas da pessoa presa, a ponto dela aceitar abrir mão da própria humanidade, a cura também precisa seguir a mesma multiplicidade e complexidade.

Há um compromisso com o cuidado dessas pessoas que vai muito além de um processo formativo de conscientização política ou de acesso a renda. É preciso estabelecer laços afetivos, encontros de amor e empatia, para que essas mulheres que se viram descartadas a todo momento possam confiar na possibilidade real de mudança em suas vidas.

Toda pessoa tem um sonho. Foi isso que uma das 24 travestis e mulheres trans integrantes do Projeto TRANSgressoras ou Como Recuperar o Fôlego Gritando disse em uma entrevista. Mesmo depois do abandono, da violência, do desemprego, da transfobia, da prisão, ela ainda acredita que toda pessoa tem um sonho. E é a possibilidade de sonhar que estamos alimentando. Nós que trabalhamos na rede de assistência social, que atuamos nas políticas públicas de proteção e garantia de direitos, que colaboramos em coletivos e movimentos para reduzir os danos da desigualdade e da criminalização. Nós que acompanhamos esse projeto e vimos como impactou muitas vidas positivamente, possibilitando processos de autonomia de várias dessas mulheres, que puderam alugar imóvel para morar e continuar com seus projetos de vida. Que puderam se organizar, garantir o feijão e a depilação a laser, ter as condições mínimas para poder voltar a sonhar.

O que vivemos com as TRANSgressoras foi muito mais do que fornecer auxílio em dinheiro – embora isso tenha sido importante para muitas delas se organizarem. Esse projeto trouxe para essas mulheres dignidade, trouxe a possibilidade de resgatar e ressignificar histórias que poucas pessoas têm interesse em conhecer. O projeto ofereceu formação artística e informação, agregando conhecimento sobre seus direitos. Agora elas são ouvidas, têm visibilidade com olhos de cuidado, de acolhimento. E foi isso que permitiu a relação de afeto que construímos. Dividimos cafés, consultas médicas, idas ao cartório. Fizemos comida e almoçamos juntas. No decorrer do projeto, percebemos o envolvimento e a empolgação dessas mulheres trans e travestis ao produzirem materiais artísticos e políticos incríveis, contando suas histórias de forma muito verdadeira. Sem medo de serem julgadas, como foram pela rua e pelos tribunais.

Conversando e convivendo com elas, observamos os seus movimentos em processos de autonomia e autoestima, e sabemos que foram plantadas sementes em cada uma delas. O projeto trouxe possibilidades, perspectivas e visibilidade para pessoas tantas vezes esquecidas ou criminalizadas. Provocou reflexão, pensamento crítico e responsabilização. Sentimos impactos sociais muito profundos, que tocaram a vida dessas mulheres de forma muito positiva. Foi tão importante, elas se sentiram tão pertencentes e acolhidas, que com a finalização do projeto, infelizmente algumas entraram em um processo de recaídas no uso abusivo de substâncias psicoativas, e consequentemente em processo de desorganização, pois já não conseguem enxergar alternativas que possam lhes dar estrutura para seguir em frente.

Situação preocupante já que é um retrocesso em relação a tudo que conquistaram durante o período em que participaram do projeto. É preciso repensar o que é a autonomia, como construímos as condições sociais e individuais necessárias para ela, como encaminhamos e fortalecemos as pessoas para isso, com especial atenção ao processo de ressignificação de suas trajetórias.

O projeto TRANSgressoras, fruto de um sonho se tornando matéria viva, foi um instrumento de provocação para repensar e estruturar políticas públicas voltadas para essa população. Isso deve ser feito sempre com respeito, empatia, tentando viabilizar garantias de direitos, pois sabemos dos traumas e violências sofridas por elas, dos direitos negligenciados. Precisamos ouvi-las, entendê-las e deixá-las que exponham as dificuldades que sentem e o que de fato contempla e responde a suas necessidades. O acompanhamento dessas mulheres precisa ser construído por um conjunto de políticas de saúde, habitação, trabalho, educação, cultura, assistência sociojurídica e não somente por programas provisórios e limitados, que não atendem toda a demanda.

Nossos movimentos e ações devem criar as condições para que se reconheçam enquanto protagonistas de suas histórias. São pessoas que estão em situação de vulnerabilidade social há muito tempo, que estiveram recolhidas e ameaçadas pelo sistema carcerário por muitos anos. Então o processo de visitar e reinventar suas histórias é doloroso, precisam de suporte, precisam que as respeitem e lhes dêem possibilidades de organização e perspectiva de futuro. Desejamos que as experiências desse projeto, possível por conta dos movimentos de cultura da periferia, sejam um

pontapé inicial para novos modelos de políticas públicas integradas que de fato efetivem garantias de direitos.

Em uma conversa realizada com Sayak Valência (CIA DXS TERRORISTAS, 2021), pesquisadora em filosofia, teoria e crítica transfeminista, fomos apresentados a mais um conceito agregador que nos permite desenhar estratégias para a lida com essa ferida social que aparece em nosso trabalho.

A autora começa questionando o conceito de cidadania, sócio-historicamente dado como padrão de organização de nossas relações humanas, mas que na verdade esconde seu real serviço político-simbólico, retratado pelo ideal imagético de representação do homem revolucionário francês, sob o contrato social do humanismo europeu. Sayak nos lembra, que apesar de todas essas ordenações que sempre mantiveram a coreografia dos binarismos (colocando homens e mulheres, brancos e negros, nativos e imigrantes, em situações hierárquicas de poder de um apartheid velado), os feminismos vem construindo práticas de cuidado para sustentação da vida desde muito tempo. Essas práticas no cuidado com a comida, com o bem estar, com a saúde, têm sido perpetuadas na contramão da cidadania humanista progressista, produzindo seguridade aos desprovidos de acesso ao ideal (quase inalcançável para povos do sul) do homem bom e vencedor.

Ela nomeia esse modo de organização social de cidadania e avança em uma reflexão sobre as pessoas que, ao longo do processo histórico colonial, não tem se encaixado dentro dos binarismos que conferem ao indivíduo a categoria de cidadão.

Ao traçar uma arqueologia política das redes afetivas que são feitas a partir do queer (ou cuir, ou kuir, ou bicharia, ou traviarcado, ou sapatão, ou marica, o nome você pode decidir) desde muito tempo, afirmando que a cidadania nada mais é do que uma ficção política e que, na realidade, é a dissidência e o cuidado que tem movido o mundo para os rumos que almejamos, a partir desse termo (cidadania), ela brinca com a palavra queer para enunciar o conceito de cuirdadania (com grafia desamericanizada), que utiliza para nomear as práticas construídas por corpos dissidentes, que também além de atuar com as práticas de cuidado também atravessam a seara da dissidência sexual.

Acontece da seguinte maneira. Em tempos como os nossos, de pandemia, de caos e precariedade, o Estado coopta a ideia de cidadania para sua performance cidadã

humanista de controle de poder. Ao convocar para que as pessoas fiquem em casa e se cuidem, o Estado performa uma figura de cuidador preocupado, mas deixa de fora da narrativa os casos das corpos que ficam ainda mais vulneráveis ao estarem isoladas com seus agressores. Como uma pessoa trans, comumente vítima de violência continuada da família, pode manter isolamento em um espaço que para ela e para a integridade de sua existência não é nada seguro? Ou seja, nas entrelinhas, o exercício concreto que o Estado faz é o de perpetuar a narrativa binarista heterossexista da política de vigilância de que o bom cidadão (que, por questões óbvias já esboçadas, não pode ser quase nenhuma de nós) há de sobreviver.

Na contramão disso, a prática da cuirdadania opera nas ruas, acolhendo aqueles e aquelas que se viram à revelia do modelo de seguridade instaurado, descartadas de qualquer prática ou performance de cuidado. Seu compromisso está em desobedecer (os cânones binaristas) e seguir existindo e resistindo para além da violência. É o de provocar o horror de mostrar o quanto somos capazes de sermos felizes, mesmo desobedecendo, mesmo não encaixando.

Essa é a síntese e o mote prático desse conceito: nossa maior vingança é sermos muito felizes e é sob esse princípio que precisamos estabelecer nossas relações de luta política, pautados na busca do prazer, do desejo, da potência, à revelia da profecia mórbida que os cânones europeus fizeram sobre nós e sobre nosso futuro.

Em nossas práticas, essa perspectiva cabia para conceituar um dos pilares estruturantes de nosso trabalho: produzir narrativas de denúncia sem reforçar estereótipos de pessoas violentas ou de coitadas a essas mulheres. Denunciar sem perder a potência de perspectiva, sem desviar do protagonismo que cada uma exerce sobre a sua própria história e sobre a (re)escritura de seu futuro.

Conclusão

Este texto é uma tentativa de demonstrar as condições terríveis e desumanas em que vive a maioria das travestis e mulheres trans no Brasil, marginalizadas por não se submeterem às normas de gênero e sexualidade, e depois criminalizadas por viverem às margens da vida. No fim das contas, criminalizadas por serem quem são. A partir das experiências com o projeto TRANSgressoras ou Como Recuperar o Fôlego Gritando, projeto artístico-ativista e político com mulheres trans e travestis sobreviventes do

cárcere, discutimos conceitos teóricos e experiências vividas sobre o funcionamento do sistema de justiça criminal, e como determinadas populações se tornam mais vulneráveis a ele. Nesse caso, como nossas companheiras se tornaram alvos da polícia e da prisão por conta da transfobia, do racismo, do machismo e da pobreza.

Mas este texto também é um passo além. Porque na relação que construímos ao longo do projeto, entendemos que a denúncia nunca é suficiente. Aprendemos que o afeto e o cuidado – consigo e com outros(as) – é uma importante ferramenta política de transformação. Porque a marginalidade pode ser enfrentada em bando. Quando estamos de mãos dadas, nos apoiando e fortalecendo, conseguimos enfrentar a correnteza, segurar nossas companheiras por perto, criar melhores condições de trabalho – mesmo um trabalho sem regulamentação. Reduzir danos. Buscar serviços, profissionais, acessar políticas públicas e grupos não institucionais. Aprender, em coletivo, as infinitas possibilidades de bem viver. Possibilidades que são constantemente desafiadas, mas seguem existindo. Porque enquanto estivermos aqui, sonhando e lutando, novas possibilidades vão surgir.

Este texto é, portanto, um relato de experiência e um suspiro conjunto. Queremos aqui dividir as dificuldades e conquistas de um projeto abolicionista prisional que integrou saberes da criminologia, do direito penal, das artes, dos estudos culturais, da sociologia, da saúde, do serviço social, das biqueiras, das avenidas e dos centros de acolhida. Um projeto que nos possibilitou fazer um diagnóstico interseccional da violência do sistema de justiça criminal, do policiamento e do encarceramento, ao mesmo tempo em que aprendemos a combater a marginalização e vislumbrar outros mundos.

É disso que esse movimento trata. De escutar e ecoar essas histórias que não nos deixaram ouvir. De enaltecer a verdade de quem vive, de quem faz, de quem é, sempre em primeira pessoa. É um antimanual, um convite para recusar a todas as regras e normas conhecidas para, a partir de novos pactos, construir um outro mundo possível. Mulheres que lançaram sobre si mesmas um ebó de proteção, que reinventaram a si mesmas para colapsar os cânones desse mundo falido. Que aprenderam a se renomear para assim ensinar a renomear todas as outras coisas do mundo, reinventar significados e inaugurar sentidos e sentires. Portadoras de uma fragilidade indestrutível. Profetizas do apocalipse, aquelas que vêm para anunciar o fim como prólogo do começo. Ou,

evocando Jota Mombaça: “Porque (eles) não sabem que, uma vez aos pedaços, nós nos espalharemos. Não como povo, mas como peste: no cerne mesmo do mundo, e contra ele” (MOMBAÇA, 2017, p. 21).

Toda pessoa tem um sonho. Mesmo que seja o de, diante de muitas escolhas, não escolher nada. Não fazer tantos planos. Só abrir os olhos, levantar e viver. Depois do abandono, da violência, do desemprego, da transfobia e da prisão, estar viva quase parece um sonho.

Se chover, abrir a sombrinha. Se fizer calor, abrir a janela para o vento entrar. Foi assim que uma outra das Transgressoras descreveu sua vida e seu objetivo hoje que conquistou sua autonomia. O nosso sonho é este: que as políticas públicas e nossos movimentos de luta por mudança política façam com que toda pessoa tenha uma sombrinha para se proteger da chuva e uma janela para abrir quando fizer calor. Condições concretas para retomar controle de seus destinos. Para poder sonhar. Recuperar o fôlego gritando.

Notas

- ¹ Doutorando em Artes pelo PPGAC-USP (Programa de Pós Graduação em Artes Cênicas da Universidade de São Paulo), Mestre em Artes pelo PPGAC-USP. Possui especialização em Psicopedagogia e Arteterapia pela Faculdade Paulista de Artes, Bacharelado em Artes Cênicas e Licenciatura em Educação Artística pela mesma instituição. É co-fundador do coletivo de arte-ativismo CiA dXs TeRrOrIsTaS e colabora com a Rede de Proteção e Resistência Contra o Genocídio
- ² Mestre (2018) e Graduado (2016) em Direito pela UNESP. Graduando em Pedagogia pela Univesp. Líder do NEPAL (Núcleo de Estudo e Pesquisa em Aprisionamentos e Liberdades). É pesquisador, educador popular, agente da Pastoral Carcerária e colaborador da Frente Estadual pelo Desencarceramento de São Paulo. Atua como gerente de um serviço da rede socioassistencial da cidade de São Paulo.
- ³ A exemplo disso podemos citar todos os movimentos de luta de professores, ou a tentativa de tomada de discurso de movimentos sociais de imigrantes durante a Copa do Mundo de 2014, ou as lutas históricas de movimentos como os de trabalhadores rurais sem terra e trabalhadores urbanos sem teto – todas nomeadas pela mídia hegemônica como atos terroristas que ferem os interesses comuns do Estado Nação.

Referências

ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais). Dossiê dos Assassinatos e da Violência Contra Pessoas Trans Brasileiras, Boletim n. 2. 2020. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/05/boletim-2-2020-assassinatos-antra.pdf>>. Acesso em: 01 ago 2021.

BENAVIDES, Bruna. Brasil lidera consumo de pornografia trans no mundo (e de assassinatos). 2020. Disponível em: <<https://revistahibrida.com.br/2020/05/11/o-paradoxo-do-brasil-no-consumo-de-pornografia-e-assassinatos-trans/>>. Acesso em: 08 ago 2021.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**: magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BEY, Hakim. **Caos: Terrorismo Poético e Outros Crimes Exemplares**. São Paulo: Conrad, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BUDÓ, Marília de Nardin. **Mídias e Discursos do Poder**: estratégias de legitimação do encarceramento da juventude no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 2018.

CIA DXS TERRORISTAS. **TRANSgressoras** ou Como recuperar o fôlego gritando [projeto]. São Paulo, 2019. Disponível em:
<www.ciadxsterroristas.com/transgressoras-sobre>. Acesso em: 10 ago. 2021.

_____. **O uso da ficção científica como exercício para o imaginário político**. [Entrevista]. 2o Festival POWlítico de Corpos Rebeldes - Fogo na Prisão. 2021a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QYpbKo5-u08&list=PLgMtWkqOwc5ZzQ6DfGlp2LP_76ISM0dC>. Acesso em: 02 ago 2021.

_____. **A cidadania como arsenal contra o necropoder**. [Entrevista]. 2o Festival POWlítico de Corpos Rebeldes - Fogo na Prisão. 2021b. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=3i8TUFXfrmk&list=PLgMtWkqOwc5ZzQ6DfGlp2LP_76ISM0dC>. Acesso em: 02 ago 2021.

EVARISTO, Conceição. **A gente combinamos de não morrer**. In.: Olhos d'Água. Rio de Janeiro: Pallas, 2015.

HEINICH, Nathalie. **L'élite artiste**: Excellence et singularité en régime démocratique. Paris: Folio, 2018.

HULSMAN, Louk; CELIS, Jaqueline Bernart de. **Penas perdidas**: o sistema penal em questão. Rio de Janeiro: Luam, 1993.

IMARISHA, Walidah. **Reescrevendo o futuro: usando ficções visionárias para rever a justiça**. 2016. Disponível em:
<https://issuu.com/amilcarpacker/docs/walidah_imarisha_reescrevendo_o_fut>. Acesso em: 05 maio 2018.

KLEIN, Caio César. **"A travesti chegou e te convida pra roubar"**: representações sociais e sujeição criminal de travestis na mídia policial. 2016. 139f. Dissertação (Mestrado em Ciências Criminais). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Faculdade de Direito, Porto Alegre, 2016.

LE GUIN, Ursula K. **Discurso de premiação no National Book Award, 2014**. Disponível em: <<https://medium.com/especulativa/o-discurso-de-ursula-k-le-guin-no-national-book-award-de-2014-5d5f13c9f829>>. Acesso em: 03 ago 2021.

LIMA, Marcio. Biblioteca de Objetos Matemáticos. Projeto PROINT, Universidade Federal do Pará. [s.a.]. Disponível em:
<<https://www.aedi.ufpa.br/bom/images/pdf/Fractais.pdf>>. Acesso em: 10 ago 2021.

MOMBAÇA, Jota. O mundo é meu trauma. PISEAGRAMA, Belo Horizonte, número 11, página 20 - 25, 2017.

TGEU (TransGender Europe). Trans Murder Monitoring (TMM). 2020. Disponível em:
<<https://transrespect.org/en/tmm-update-tdor-2020/>>. Acesso em: 02 ago 2021.

ZAFFARONI, Eugenio Raul. **Em busca das penas perdidas:** a perda da legitimidade do sistema penal. Rio de Janeiro: Revan, 1991.